

Trabalhadores de todo o Brasil se reúnem por justiça social na educação

O presidente da CNTE, Heleno Araújo, apontou nesta quinta-feira (18), durante o primeiro dia de reunião do Conselho Nacional de Entidades (CNE) da CNTE, em Brasília (DF), uma série de projetos, financiados por iniciativas privadas, que têm aumentado a precarização da docência pública na América Latina e no Caribe.

Empenhadas na plataformização cada vez maior da educação básica pública, o uso de aplicativos na administração das disciplinas já tem causado prejuízos para educadores em estados, como o Paraná. Outro motivo de preocupação relatado pelo dirigente diz respeito à forma de contratação que está sendo feita para projetos que buscam a conectividade para todas as escolas, e como eles serão pagos pelo governo federal.

Heleno ainda alertou sobre plataformas de ensino online que não possuem professores na administração do seu conteúdo, mas sim instrutores.

“Um exemplo disso é uma plataforma de jogos e aprendizagens em matemática, já colocada em ação, para uso de professor e estudantes, e quando você acessa o programa existe uma aba descrita ‘acesse as aulas prontas’. Você só precisa acessar as aulas, ler o conteúdo, aprendendo com a ajuda da tecnologia, sem a ajuda de um profissional mediando o processo”, descreveu.

Professores vigiados

No estado do Paraná, a presidenta da APP Sindicato, Walkíria Olegário, falou sobre o uso da tecnologia por parte do governo para vigiar, controlar e punir o cumprimento ou não cumprimento de metas Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

De acordo com ela, os aplicativos Escola Paraná, de uso dos estudantes e seus responsáveis, e Escola Paraná Professor, para uso do docen-



te, adotados na educação pública do estado, ao mesmo tempo que facilitam o acesso, têm refletido na dispensa dos trabalhadores/as da área técnica de secretaria escolar.

“O registro online é o que hoje controla a vida dos profissionais da educação paranaenses. Quando entramos em sala, precisamos logo fazer o registro online. Nas secretarias e regionais de educação, existem mais pessoas para controlar os dados do que para produzir conteúdo ou dar apoio pedagógico. Chegamos ao ponto de, em qualquer escola, se chegarmos e não fizermos a chamada logo na primeira aula, alguém da regional de ensino irá ligar para a pedagoga da unidade de ensino para informar que o professor não registrou a chamada e questionar como anda a frequência dos alunos”, relatou.

Segundo reforçou Walkíria, não existe mais a preocupação com a aprendizagem. O que passa a importar é o quantitativo de acessos na plataforma, que se tornarão números para a propaganda.

Defesa do PNE do Congresso

Pela tarde, a programação contou com a análise preliminar do assessor Jurídico da CNTE, Eduardo Ferreira, sobre o projeto de lei 2614/2024, do Plano Nacional de Educação (PNE). Durante a exposi-

ção, Eduardo abordou aspectos sobre a conjuntura do PNE vigente e os desafios que precisam ser superados pela nova política enviada ao Congresso Nacional.

Com base nas preocupações, carências e omissões presentes no PL, como as parcerias público-privadas e a necessidade de efetivação da valorização dos trabalhadores da educação, o assessor anunciou a construção de uma proposta de emenda ao projeto feita pela CNTE. Uma vez que a proposta seja apresentada aos parlamentares federais, Eduardo reforçou a importância do engajamento e mobilização dos trabalhadores na defesa do projeto.

“É muito importante que a categoria e a comunidade escolar de todo o Brasil, nos estados e municípios, discutam o PNE, não só nas escolas, mas também nos parlamentos locais, juntamente com o Congresso Nacional”, finalizou.

“As nossas entidades filiadas terão que fazer um trabalho lá nos seus estados, com os parlamentares locais também. Não podemos fazer pressão somente aqui com os deputados federais e senadores”, reiterou a secretária Geral, Fátima Silva.

Ela ainda chamou a atenção para que a atuação reforce a necessidade do novo PNE para avançar e atualizar as políticas voltadas para a educação.

Matéria completa em CNTE.org.br

IFMA Campus Caxias lança edital com 200 vagas para curso de Formação Pedagógica

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Caxias lançou edital contendo as normas e os procedimentos para a inscrição, seleção e classificação dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado para ingresso no Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados. Destinado aos candidatos que possuam formação, exclusivamente, em cursos reconhecidos pelo MEC de Bacharelado ou Tecnologia, o curso será ofertado na Modalidade a Distância, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), mas possui em sua carga horária encontros presenciais obrigatórios a serem realizados nos Polos/Municípios de Apoio Presencial. Os encontros presenciais ocorrerão preferencialmente aos sábados, podendo ser realizados em outros dias da semana, conforme a disponibilidade do Polo de Apoio Presencial. A presença regular do aluno é necessária, pois os encontros configuram momentos de interação entre tutores e alunos, além das avaliações previstas na Legislação da Educação a Distância. Para fazer jus à certificação

de Licenciado na área do curso, o aluno deverá ter concluído, com êxito, todas as disciplinas ofertadas e ter realizado a defesa, com aprovação, de seu Trabalho de Conclusão de Curso e a computação de carga horária de atividades complementares. As inscrições ocorrem exclusivamente pela internet, até o dia 31 de julho, no Portal do IFMA.

Serão ofertadas 200 vagas, distribuídas entre os municípios de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Dom Pedro, Fortaleza dos Nogueiras e Viana. No ato da inscrição, o candidato deve optar por apenas um polo, sem possibilidade de mudança posterior. Há percentuais de vagas reservadas para egressos de escolas públicas, pessoas com deficiência, pretos, pardos e indígenas, além de professores da educação básica. Compete exclusivamente ao candidato certificar-se de que cumpre os requisitos estabelecidos pelo IFMA para concorrer às vagas reservadas. No momento da inscrição on-line, o candidato deverá anexar, em formato PDF, os documentos exigidos conforme a sua categoria. Além de informar seu nome completo, sistema de cotas (se deseje

concorrer) e o nome do município/polo.

A seleção dos candidatos ocorrerá por Polo de Apoio Presencial e terá como critério o índice de rendimento acadêmico contido no histórico escolar do curso de bacharelado ou tecnólogo apresentado pelo candidato. O preenchimento das vagas será feito em ordem decrescente, obedecendo ao quantitativo de vagas estabelecido para o curso no Quadro de Vagas. Se a quantidade de inscrições deferidas for superior ao número de vagas disponíveis, será feito um cadastro de reserva com os candidatos classificados acima da quantidade de vagas. O resultado final será divulgado no dia 30 de agosto.

Os candidatos convocados deverão realizar matrícula no Polo de Apoio Presencial para o qual se inscreveram, de acordo com as datas dispostas no cronograma do Edital Nº 145/2024. As matrículas serão realizadas de 30 de agosto a 6 de setembro. As aulas inaugurais estão previstas para começar a partir do dia 27 de setembro.

Fonte: IFMA



Assinatura de compromisso coroa projeto de combate à LGBTfobia no ramo vestuário

Entidades que representam trabalhadores e patrões assinam no próximo dia 26/7 Carta de Princípios com ações de respeito aos direitos de trabalhadores LGBTQIAPN+

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)